

Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas

Maria Filomena Gonçalves

Universidade de Évora
Departamento de Linguística e Literaturas
Apartado 94, 7002-554 Évora
filomenagoncalves@sapo.pt

Resumo

No decurso do século XVIII, assiste-se em Portugal ao desenvolvimento do pensamento iluminístico. Este manifestou-se, ainda na primeira metade do século, sob a forma de reformismo pedagógico no *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luís António Verney, e, já na segunda metade de Setecentos, começa a repercutir-se de maneira evidente na gramaticografia portuguesa.

Produzidas num contexto de renovação ideológica e pedagógica que era influenciado pelas tendências metalinguísticas europeias, na linha do racionalismo de Port-Royal e do pensamento linguístico subjacente à *Grammaire Générale* francesa, as gramáticas portuguesas dos finais do século XVIII e princípios do seguinte, anunciadas como “filosóficas” ou “gerais”, procuravam articular língua e “razão”, estabelecendo os princípios gerais ou universais e os princípios particulares de cada idioma.

A partir de um pequeno *corpus* gramatical que vai de 1783 até 1822 (Bacelar 1783; Sousa 1804; Silva 1806; Melo 1816; Barbosa 1822), analisa-se o modo como os conceitos de linguagem, língua e gramática reflectem o chamado “iluminismo linguístico”, mas verifica-se também como os gramáticos transpunham para o português a teoria geral da gramática.

Palavras-chave: português, ideias linguísticas, Iluminismo, gramática filosófica, língua, razão, princípios gerais, princípios particulares.

Resumen

Durante el siglo XVIII se assiste en Portugal al desarrollo del pensamiento ilustrado. Este se manifestó, aún en la primera mitad de ese siglo, bajo la forma de reformismo pedagógico en el *Verdadero Método de Estudiar* (1746), de Luís António Verney, y, ya en la segunda mitad del Setecientos, empieza a repercutir de manera evidente en la gramaticografía portuguesa.

Producidas en un contexto de renovación ideológica y pedagógica que era influido por las tendencias metalingüísticas europeas, en la línea del racionalismo de Port-Royal y del pensamiento lingüístico subyacente a la *Grammaire Générale* francesa, las gramáticas portuguesas de finales el siglo XVIII y de los comienzos del Ochocientos, anunciadas como “filosóficas” o “generales”, procuraban articular lengua y razón, estableciendo los principios generales o universales y los principios particulares de cada idioma.

A partir de un pequeño *corpus* gramatical que va del año 1783 hasta 1822 (Bacelar 1783; Sousa 1804; Silva 1806; Melo 1816; Barbosa 1822), se analiza la manera como los conceptos de lenguaje, lengua y gramática en esos textos reflejan la llamada “Ilustración lingüística”, pero además se verifica como los gramáticos trasladaban al portugués la teoría general de la gramática.

Palabras-clave: Portugués, ideas lingüísticas, Ilustración, gramática filosófica, lenguaje, razón, principios generales, principios particulares.

Abstract

Along the 18th century occurs in Portugal the development of the enlightened thought. This one expressed itself, still during the first half of the century in the shape of pedagogical reformation in the *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) by Luís António Verney and, in the second half of the same century, it begins to have a clear influence upon the Portuguese grammaticography.

Created within a context of pedagogical and ideological renewal, influenced by the European metalinguistic trends which followed the Port-Royal reasoning and the linguistic thought underlying the French *Grammaire Générale*, the Portuguese grammars of late 18th century and beginning of the following one, proclaimed as “philosophical” or “general”, tried to articulate language and “reason”, establishing the general or universal principles and the distinctive principles of each language.

Leaving from a small grammatical *corpus* placed between 1783 and 1822 (Bacelar 1783; Sousa 1804; Silva 1806; Melo 1818; Barbosa 1822), an analysis is made of the way those texts translated a particular understanding of the phenomenon of language and of the languages correspondent with the so-called “linguistic enlightenment”, but the way grammarians transferred the general theory of grammar into Portuguese is also examined.

Keywords: Portuguese, linguistic ideas, Enlightenment, philosophical grammar, language, reason, general principles, distinctive principles.

Tábua de conteúdos

1. Prólogo
2. O “Iluminismo linguístico”
3. As gramáticas filosóficas
4. A “ordem das palavras”
5. Epílogo
6. Referências bibliográficas

1. Prólogo

Oriunda do francês *illuminisme*, a palavra iluminismo parece ter ingressado na nomenclatura lexicográfica do português na 5ª edição do *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1844), de António de Morais Silva (Cunha 1996: 425). Equivalente de *Aufklärung*, *Enlightenment*, *Illuminazione* e *Ilustración*,¹ respectivamente em alemão, inglês, italiano e espanhol, o movimento conhecido com o nome de Iluminismo assentava no primado da “luz da razão”, como via para o verdadeiro conhecimento. Com variantes diversas, esta ideia percorreu o chamado Século das Luzes. Dadas as condições culturais e sociais específicas dos países atingidos por esse movimento, na Europa setecentista existiram, na verdade, não um mas vários iluminismos (Chaunu 1995), interpretação que parece ser corroborada pelo exemplo português, onde as ideias “iluminadas” chegaram com atraso e assumiram feição eclética, tendo na polémica uma forma privilegiada de manifestação.

Embora não caiba aqui um resumo das circunstâncias históricas em que se processou a lenta difusão das Luzes em Portugal, nem a síntese das ideias filosóficas fundadoras do iluminismo europeu, ainda assim vale a pena ressaltar alguns dados contextualizadores das ideias linguísticas em Setecentos (Gonçalves 1997). De entre os inúmeros aspectos históricos e culturais necessários à compreensão da atitude intelectual das Luzes, sobressai a contestação do “Barroco, da Ortodoxia e da Contra-Reforma” (Hof 1995: 17). Com efeito, o estilo retórico-linguístico inerente ao Barroco, caracterizado pelo “discurso engenhoso” e apoiado em variados jogos figurativos, não obstante produzir deleite por meio da ilusão e do engano, gerava uma opacidade discursiva que, centrando o leitor na forma, o distraía do conteúdo. Essa densidade formal motivaria críticas que reclamavam um exercício linguístico mais claro e directo, ao serviço do verdadeiro conhecimento.

Em Portugal, o século XVIII divide-se em dois momentos políticos bem distintos: por um lado, o período joanino, culturalmente assinalado pela magnificência régia, possível graças aos réditos do ouro brasileiro que propiciou obras extraordinárias; por outro lado, o período josefino ou pombalino, mais ligado à acção do famoso Ministro do que ao

¹ Mais recente, o termo “ilustración” substituiu no castelhano a palavra “iluminismo”.

próprio Rei. No plano político, social e económico, o primeiro ficará associado à ostentação, à crise dos meios produtivos e ao absolutismo régio; no segundo, ademais da expulsão dos Jesuítas em 1759, merecem realce o "absolutismo esclarecido" e as reformas legislativas de intuito modernizador, bem como as medidas destinadas a desenvolver as actividades produtivas e económicas.

Quanto à actividade metalinguística e pedagógica, na época joanina, além do monumental *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1721), do Pe. Rafael Bluteau (1638-1734), intelectual de origem francesa radicado em Portugal, sobressaem ainda o *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luís António Verney (1712-1792), e o *Novo Método de Gramática Latina* (1752),² de António Pereira de Figueiredo. As duas últimas obras, de vincado cunho renovador e fracturante, estiveram no centro de intensas polémicas (Andrade 1982; Torres 1998a: 24-33). Mas a segunda metade de Setecentos seria marcada, de forma dramática e profunda, pelo terramoto de 1755, acontecimento que colocaria o poder nas mãos de Sebastião José, o futuro Marquês de Pombal, principal actor da política portuguesa até à morte do rei. Ao ímpeto reformador do Marquês, inspirado no paradigma das Luzes, não ficavam imunes nem a língua nem a gramática, tanto mais que uma e outra passaram a figurar na "agenda" do poder, conforme revela o discurso da legislação respeitante às reformas do ensino das línguas (Verdelho 1982). A gramática passaria então a estar ao serviço do poder, sendo a língua manifestação desse mesmo poder. Encerrado em 1777, ano da morte de D. José, ao pombalino segue-se o período mariano, época da fundação da Academia Real das Ciências (1779) e do início da publicação do *Jornal Encyclopédico*, periódico difusor de muitas novidades literárias e científicas. Traçados os rasgos essenciais da historiografia externa, intenta-se aqui demonstrar como a gramática portuguesa, nos finais do século XVIII e nos começos do seguinte, reflectia o espírito das Luzes.

2. O "Iluminismo linguístico"

Desenvolvido sob influência francesa,³ o discurso metalinguístico em Setecentos adquiriu feição de polémica, o que lhe confere *per se* características peculiares. Suscitada pela publicação em 1746 do *Verdadeiro Método de Estudar*, a chamada polémica verneiana inscreve-se na disputa entre os Congregados de S. Filipe Néri, críticos dos métodos inacianos, e os Jesuítas, que praticamente detinham até 1759, graças à sua extensa rede de colégios em Portugal e no Ultramar, o monopólio do ensino. São igualmente bem conhecidas as repercussões do *Novo Methodo da Grammatica Latina para uso das escholas da Congregação do Oratorio*, de António Pereira de Figueiredo, o qual, pondo em causa tanto Manuel Álvares como os comentadores tardios da sua gramática, abalou a tradição alvarística e deu azo a uma sucessão de réplicas e contra-réplicas, cuja enumeração seria fastidiosa e inglória, dado existir excelente bibliografia específica (Andrade 1982; Torres 1998b). Contudo, importa sublinhar que os materiais pedagógicos dos Oratorianos, na legislação relativa às reformas do ensino, acabariam por preencher o vazio resultante da proibição dos manuais dos discípulos de Loyola, conforme mostram as *Instrucçoens para os*

² Nela era posta em causa a gramática latina de Manuel Álvares, contra a qual já se haviam manifestado o Pe. Manuel Coelho de Sousa, no *Exame da Syntaxe e Reflexoens sobre as suas regras* (1729), seguido de Verney, em cujo *Verdadeiro Método* faz uma crítica generalizada ao método jesuítico, inclusive em matérias linguísticas.

³ A título de exemplo, note-se que duas das maiores figuras intelectuais do século XVIII estavam ligadas à França: Bluteau, com apelido inglês, era francês por nascimento e ascendência; Verney, nascido em Portugal, era filho de franceses. Atente-se num dado bem curioso: coincidência ou não, Bluteau frequentou em França o colégio La Flèche, o mesmo em que Descartes fizera os seus estudos.

Professores de Grammatica Latina, Grega, e de Rhetorica, vindas a lume em 1759, após o encerramento dos colégios inacianos, e nas quais, ademais de serem reconhecidas as prerrogativas da língua materna como instrumento de ensino⁴, eram recomendados autores de notório pendor renovador, em sentido mais ou menos racionalista, como o Brocense, os gramáticos e lógicos de Port-Royal, Lamy, Rollin, Fleury e Chompré, nomes que denotam, por outro lado, o crescente lastro francês, já que a França era, nos meados de Setecentos, referente cultural e científico.

A exemplo de outras nações europeias, estabelecia a reforma que o português substituísse o latim para efeitos de ensino-aprendizagem, ideia que, em contexto bem distinto, fora defendida pelo gramático português Amaro de Roboredo (1619), logo nos inícios de Seiscentos, e, na centúria seguinte, primeiro por Contador de Argote (1725) e, em 1746, pelo já aludido Verney. Apesar destas vozes dissonantes, a pedagogia mantinha-se apoiada no domínio do latim, bem como na repetição e memorização de regras. Isso explicará por que a legislação reformista colocava a tónica na língua materna tanto quanto na facilidade da metodologia.⁵ O “fascínio do método” (Swiggers 1997: 182), consagrado no *Discours de la Méthode* (1637) de Descartes, será porventura o *leitmotiv* da documentação pombalina, e não apenas no tocante ao ensino. Presente no *Verdadeiro Método de Estudar*, o “cortejo semântico das Luzes” (Chaunu I, 1995: 21-29), que incluía palavras como razão, método, utilidade e brevidade, e bem assim inúmeras referências às Luzes ou às “Nações iluminadas”, denunciava a mudança de paradigma de que a gramática era tão só uma caixa de ressonância. Perante tais desígnios reformistas não será difícil compreender a importância assumida pelos materiais pedagógicos, mormente a gramática, à luz dos objectivos do legislador, consoante ficava expresso em Alvará régio de 9 de Outubro de 1770: “adiantar a cultura Portugueza nestes [...] Reinos, e Dominios, para que nelles possa haver Vassallos uteis ao Estado”. Em nome do “methodo, clareza, e boa ordem”, nesse Alvará via António José dos Reis Lobato oficializada a sua gramática portuguesa, já que o ensino desta devia preceder o do latina em seis meses.⁶

Aplicado ao pensamento linguístico, o racionalismo das Luzes assenta no pressuposto de que as línguas são regidas pelos princípios gerais ou universais da razão, motivo por

⁴ Nas *Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica* (1759: 2) pode ler-se o seguinte: “ Todos os Homens sabios uniformemente confessaõ, que deve ser em vulgar o Methodo para aprender os preceitos da Grammatica; pois naõ há maior absurdo, que intentar aprender huma Lingua no mesmo idioma, que se ignora”. Em 1619, já Roboredo aludia à prevalência do método de ensinar em língua desconhecida dos estudantes: “Mas sta o absurdo tam arreigado em Europa, que haverá mister muita força, & tempo para se arrancar” (1619: *Prologo*).

⁵ Nas *Instruções para os Professores* (1759: 2) fica estabelecido que “[...] o Methodo deve ser breve, claro e facil, para naõ atormentar aos Estudantes com huma multidaõ de preceitos, que ainda em idades maiores causaõ confusaõ. Por esta razaõ sómente devem usar os Professores do Methodo abbreviado feito para uso das Escolas da Congregaçaõ do Oratorio, ou da arte de Grãmatica Latina reformada por Antonio Feliz Mendes, que tem as referidas circunstancias”.

⁶ Destinava-se esta disposição a emparelhar a portuguesa com outras línguas europeias: “[...] sendo a correcçaõ das linguas Nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos Povos civilizados, por dependerem della a clareza, e energia, e a magestade, com que devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Religiaõ, e fazer uteis, e agradaveis os Escritos: Sendo pelo contrario a barbaridade das linguas a que manifesta a ignorancia das Naçoens; e não havendo meio, que mais a possa contribuir para polir e perfeiçoar qualquer Idioma, e desterrar delles esta rudez, do que a applicaçã da Mocidade ao estudo da Grammatica da sua propria lingua; porque sabendo-a por principios, e naõ por mero instincto, e habito, se costuma a fallar, e escrever com pureza, evitando aquelles erros, que tanto desfiguram a nobreza dos pensamentos, e vem a adquirir-se com maior facilidade, e sem perda de tempo a perfeita intelligencia de outras diferentes linguas; pois que tendo todas principios communs, acharãó nellas os principiantes menos que estudar todos os rudimentos, que levarem sabidos na Materna” (Alvará de 9 de Outubro de 1770: 97).

que se afirmava a existência de uma gramática universal, em consonância com a universalidade das categorias lógicas (Swiggers 1986; 1990), comuns à mente humana, conquanto elas fossem traduzidas de modo diferente em cada língua. Por isso mesmo, à medida que o influxo racionalista, logicista ou mentalista ia ganhando terreno, assim a gramática portuguesa conferia mais ênfase à sintaxe em vez de privilegiar apenas o tratamento das partes do discurso. Quer denuncie a mudança estrutural e conteudística da gramática, quer aponte a orientação dessa reforma, a expressão “gramaticalismo reformista” (Torres 1998b) traduz um ideário que se não restringe ao plano gramatical. Exemplo curioso da relação entre gramática e poder, a *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* (1770), de António José dos Reis Lobato (Assunção 2000), denota uma evidente desproporção entre as ideias expendidas na Introdução, verdadeira súmula do novo programa doutrinal, incluindo dedicatória ao Marquês, e a mitigada renovação operada na estrutura gramatical, presa ainda à tradição latina, devido ao tratamento da Etimologia e da Sintaxe, embora se distanciasse do latim quando reconhecia, em breve anotação, o infinitivo pessoal português.

Como adiante se observará, o prólogo e a introdução, lugares de auto-legitimação da gramática e do gramático, são textos propícios à explanação teórica, à justificação conceptual ou metodológica, à explicitação das fontes ou das influências (Gonçalves 2005). Com efeito, ao expender argumentos favoráveis ao papel da língua materna na aprendizagem, ao invocar as fontes inspiradoras do novo paradigma (sobretudo o Brocense e Port-Royal), e ao condenar as obras dos jesuítas Manuel Álvares e Bento Pereira, proibidos ambos em alvará régio de 1759, Reis Lobato afinava pelo diapasão iluminista de Pombal, inscrevendo o ideário linguístico na agenda pedagógica e política. Daqui se conclui que, sob a “luz da razão”, o “despotismo esclarecido” do Conde de Oeiras intervinha igualmente em matérias metalinguísticas, controlando as fontes adequadas aos objectivos de reforma global das mentalidades e da sociedade. Com o propósito de esclarecer e civilizar a Nação, regista-se uma frenética actividade regulamentadora, o que, transposto dos domínios comercial e industrial para o domínio metalinguístico, significava reduzir a profusão de regras e excepções dos manuais inicianos a um número consonante com a simplicidade requerida pela razão. Assim sendo, se os mestres Jesuítas haviam sido expulsos também os seus cartapácios deviam ser substituídos por novos materiais pedagógicos, conforme se lê nas Instruções de 1759:

“Não consentirão que os Estudantes uzem da Prosodia de Bento Pereira, pelo perigo que há de se lhes imprimir logo nos primeiros annos a multidão de palavras barbaras, de que está chêa” (*Instruçoens* apud Buescu 1759: 5).

Por isso, em matéria gramatical, ali se prescrevia a *Minerva* do Brocense, bem como as obras de Vossio, Scioppius (ou Schopp) e Port-Royal, e, para a ortográfica, a Ortografia de Verney. Associados à orientação renovadora, primeiro racionalista e depois iluminada, esses nomes, acrescidos à descrição pormenorizada do novo método de ensino, fazem daquele documento paralegal um verdadeiro exemplo de intervencionismo doutrinal ou teórico. Porque essas fontes são praticamente as mesmas que Reis Lobato aduziria em 1770,⁷ parece evidente que nelas encontrara o poder de então um respaldo ideológico em assuntos linguísticos e gramaticais.

⁷ Entre outros, na sua *Arte da Grammatica* refere os seguintes autores: Francisco Sanches (o Brocense), Caramuel, Perizonio, Vossio, Schopp, Lancelot, Amaro de Roboredo e António Pereira de Figueiredo.

3. As gramáticas filosóficas

“Mas felizmente aconteceu em nosso tempos, que Sanches principiasse entre os Hespanhoes a sacudir o jugo da auctoridade e preocupação nestas materias; e introduzindo na Grammatica Latina as luzes da Philosophia, descobrisse as verdadeiras causas e razões da Lingua, que até então, ou ignoradas, ou não advertidas, tinham enchido esta materia de confusão e desordem, e que seguindo depois seu exemplo outros grandes homens e Philosophos, tractassem pelo mesmo methodo e reformassem a Grammatica das Linguas vivas, pondo primeiro e estabelecendo principios geraes e razoados da Linguagem, e applicando-os depois cada hum á sua Lingua”.

J. Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica*, 1822, XI.

Apesar das reiteradas alusões ao novo método, quer em documentos legais (*Alvarás régios*) ou paralegais (*Instruções*), quer na própria gramática – veja-se a de Reis Lobato (1770) –, apenas em 1783 sairia dos prelos, em Portugal, uma gramática intitulada “filosófica”. O título teve longo curso na gramaticografia da língua portuguesa, tanto em Portugal como no Brasil.⁸ Embora tal designação abranja textos ecléticos em resultado da absorção de tendências diversas – “sensualistas” e “ideologistas” –, registadas na chamada “gramática geral”, “filosófica” equivalia a gramática pautada pela razão, cujos princípios se repercutiam em três conceitos-chave, a saber: linguagem, língua e gramática. De facto, pensamento, linguagem e conhecimento não se opõem, antes se entrelaçam a partir de Descartes e da *Grammaire* de Port-Royal, embora a origem cartesiana desta última seja ponto controverso (Carvalho 1984: 13).⁹ Como já foi afirmado, a “gramática geral” estuda a “ordem verbal na sua relação com a simultaneidade, que lhe cabe representar” (Foucault 1988: 136), porque o seu objecto não será, afinal, nem o pensamento nem a língua mas o “discurso entendido como sucessão de signos verbais” (*ibid.*). Ao estabelecer paralelismos entre as operações lógicas do pensamento e a sucessão linguístico-discursiva, a gramática filosófica¹⁰

⁸ Com títulos que incluem qualificativos como filosófica, racional, geral, razoável ou analítica foram publicadas em Portugal gramáticas em 1812 (Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão, *Memorias curiosas para a grammatica philosophica da lingua portugueza, compostas e arrançadas para uso dos alumnos*, Lisboa, na Imp. Régia), em 1841 (João Nunes de Andrade, *Grammatica elementar da lingua portugueza por systema philosophico*), em 1849 (Daniel Ferreira Pestana, *Principios de Grammatica Geral applicados à Lingua Portugueza*, de João Daniel de Sines), *Extracto racional de grammatica geral, ou metaphisica das linguas*, em 1850 (Francisco Ferreira de Andrade Júnior, *Grammatica das grammaticas da lingua portugueza ou principios ou preceitos compilados dos mais acreditados autores*). Já no Brasil aparecem em 1828 (Lourenço Trigo de Loureiro, *Grammatica razoavel da lingua portugueza, composta segundo a melhor doutrina dos grammaticos antigos e modernos de diferentes idiomas*), em 1829 (P. António da Costa Duarte, *Compendio de Grammatica philosophica da lingua portugueza*, Maranhão); e em 1861 (Manuel Soares da Silva Bezerra, *Compendio de grammatica philosophica*), em 1862 (Raimundo Câmara Bettencourt, *Epitome de grammatica philosophica*).

⁹ Segundo este linguista, “é evidente que a GPR [*Grammaire* de Port-Royal] foi concebida e escrita num ambiente cultural embebido de racionalismo cartesiano, e que um dos seus autores (de até que ponto o terá sido falaremos adiante), Antoine Arnault, se conta entre os defensores da filosofia de Descartes, embora o seu «cartesianismo» não seja de grande profundidade. [...] para a apelidar de cartesiana, seria indispensável destringer o que nela há de, directa ou indirectamente, aceite da especulação linguística desde os gramáticos e lógicos medievais, escolásticos, à retórica e à gramática da Renascença, e o que há de original e portador do selo doutrinal do cartesianismo, já que de Descartes ele mesmo não há realmente nada” (Carvalho 1984: 13-14).

¹⁰ Em França, “gramática filosófica” é título que surge apenas em 1802, em publicação de Dieudonné Thiébauld (1733-1807) com o elucidativo título de *Grammaire philosophique ou la métaphysique, la logique et la grammaire réunis en un seul corps de doctrine*. Sintonizada com as preocupações

assumia a feição de verdadeira teoria da linguagem, filosófica e linguística, representando portanto todas as línguas. Nesse sentido apontara antes o português Amaro de Roboredo, cujas ideias não frutificaram no seu tempo, antecipando-se, *mutatis mutandis*, à gramática filosófica, pois nele se encontram ideias que estariam no cerne do gramaticalismo setecentista. Não será em vão que nas gramáticas de Manuel Dias de Sousa, Morais Silva e Soares Barbosa, para já não falar na *Arte* de Reis Lobato, ressoam palavras de Roboredo, autor que assim resgatado ao esquecimento, volvidos mais de cento e cinquenta anos sobre publicação do *Methodo Grammatical para todas Linguas* (1621), com o seu racionalismo à Brocense. Sobre as vantagens do “método” fundado na “razão”, dizia Roboredo¹¹:

“E viráse a facilitar mais o comercio entre as Nações, & a descobrir muitas propriedades da lingua estranha, faz do da Materna quasi regra commum. Como por exemplo; quem souber bem per arte a Portuguesa, ou Castelhana, percorrendo na Latina per semelhança, irá descobrindo hum concerto, na propriedade, & methafora racional, & ainda as irrregularidades, & particulares modos de fallar, que o ignorante vulgo introduzio: os quaes são certas quebras da arte, que sendo mui arreigadas devemos usar. A razão he, que os Latinos eraõ hom s, com os quaes concordamos na racionalidade, que encaminha o entendimento, & lingua, a declarar, o que sentimos: & ainda que as palavras sejam diversas, assi cada h a per si, como muitas iuntas na razão da frase, com tudo a união racional, dellas, em todos he a mesma” (Roboredo 1619: *Prologo*).¹²

E concluía depois:

Porque a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalham [...]”¹³ (*ibid.*).

Centradas no binómio gramática-razão, as palavras de Roboredo serviriam de epígrafe à *Gramatica Portuguesa* (1804), de Manuel Dias de Sousa, e ressoam igualmente na *Grammatica Philosophica* de Jerónimo Soares Barbosa¹⁴, que também se refere ao autor do *Methodo Grammatical*, comprovando-se deste modo que o racionalismo gramatical de Seiscentos não passava despercebido ao gramaticalismo filosófico de Setecentos. Afirmava Soares Barbosa:

linguísticas daquele tempo, a gramática definia-se pela sua relação com a filosofia, combinando a análise gramatical com uma análise lógica (Delesalle 1986: 82-83). Mas a expressão não era nova, pois já em 1628 Gaspar Schopp, citado pelos portugueses Reis Lobato e Dias de Sousa, publicara em latim uma *Grammatica Philosophica*.

¹¹ Sobre o mesmo assunto, acrescentava Roboredo: “O principiante, que passar per este Methodo para as outras linguas tem meio caminho andado, tendo decorado na primeira as regras que serem para todas, & achandoas correspondentes nos lugares em que vão postos os preceitos” (Roboredo 1619: *Prologo*).

¹² O sublinhado é nosso.

¹³ Acrescentava ainda Roboredo: “E a lingua materna se ha primeiro de ensinar per arte aos mininos. Para o que fora de muita importancia crearse h a cadeira da lingua Materna ao menos nas Cortes & Vniversidades, ou cõverter h a das Latinas (quero dizer o salario) em Materna [...]” (Roboredo 1619: *Prologo*).

¹⁴ Este gramático viveu entre 1737 e 1816. Foi membro correspondente da Academia Real das Ciências desde 1789. Além da *Grammatica*, deixada em manuscrito, já publicara a *Eschola Popular de primeiras letras* (1796) e *As Duas Linguas, ou Grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina* (1807). É o mais famoso dos autores de gramáticas filosóficas, conforme salientam Casteleiro (1981, 1982) e Torres (1998).

“Vencida esta primeira difficuldade no estudo da Lingua propria, o caminho fica plano e desembaraçado para o das mais, que tem os mesmos principios geraes, e não se differença senão nas fórmas accidentaes que cada huma escolheo para indicar as mesmas ideas e fazer dellas as mesmas combinações” (Barbosa 1822: XIII).

Antes deste, para Dias e Sousa a comunicação perfeita e harmoniosa das ideias fazia-se com o concurso de três artes, a saber, a gramática, a lógica e a retórica, sendo a primeira delas a “porta dos outros estudos”, de cuja articulação com as outras duas resultava uma análise centrada na discursividade linguística.¹⁵ Na esteira de Roboredo e Lobato, Sousa insiste no papel cultural das línguas, assunto sobre o qual discorre na Introdução a uma *Gramatica Portuguesa* que, não sendo rotulada como filosófica, não deixava de o ser na substância, segundo provam as fontes inspiradoras da obra: Beauzée (1717-1789) e Court de Gébelin (1725-1784). Também na Introdução à sua *Grammatica Philosophica* (1822), ao reiterar a prioridade do ensino da língua “nacional”, à semelhança dos gramáticos precedentes, Soares Barbosa desenha a gramática como arte simultaneamente prática e lógica em virtude de a natureza analítica das línguas exigir um método equivalente ao seguido nas operações das ciências exactas¹⁶ (Barbosa 1822: XII).

Tal como acima se adiantou, no prólogo ou introdução das “gramáticas filosóficas”, à semelhança do *Methodo* de Roboredo e da *Arte* de Lobato, fica delineado o programa ou compromisso teórico, motivo por que esses textos preambulares merecem particular atenção. Analisadas em outro lugar as funções e as características intrínsecas ao género preambular (Gonçalves 2005), atenta-se aqui apenas nos conceitos de gramática, linguagem e língua, de molde a verificar-se como eles reflectiam o ideário das Luzes e do gramaticalismo filosófico, ainda que fossem bebidos em autores pertencentes a correntes nem sempre convergentes, derivando daí o eclectismo da gramática filosófica escrita em língua portuguesa.

Comprovado exemplo de apropriação de uma fonte, a Introdução da *Gramática Filosófica da Linguagem Portuguesa*, publicada em 1818 por João Crisóstomo do Couto e Melo¹⁷ (Gonçalves 1996) espelha a *Logique ou L'art de Penser* (1662), de Antoine Arnault e Pierre Nicole. Presididas por epígrafe do “ideólogo” Garat (1749-

¹⁵ Dele se conhecem poucos dados biográficos. Em 1784, publicou em Coimbra, na Régia Oficina da Universidade, a *Nova escola de meninos na qual se propõe um methodo facil para ensinar a ler, escrever e contar, etc.* Identificado na portada Gramática como pároco na Igreja de “Vilanova de Monsarros, do Bispado de Coimbra”, a actual Vila Nova de Monçarros, do concelho de Anadia, distrito de Aveiro, na Introdução menciona o Autor dados pessoais: “[...] a habitação de huma Aldea, e a ocupação de Paroco que exercito” (Sousa 1804: XIII).

¹⁶ Explica-o nos seguintes termos: “Esta arte por outra parte não deve ser meramente practica e hum estudo so de memoria. Deve comprehender as razões das practicas do uso e mostrar os principios geraes de toda a Linguagem nos do exercicio das facultades da alma e formar assim huma Logica practica, que ao mesmo tempo que ensina a falar bem a propria Lingua, ensine bem a discorrer. As Linguas são huns methodos analyticos, que Deos deo ao homem para desenvolver suas facultades. Ellas dão o primeiro exemplo das regras da analyse, da combinação, e do methodo, que as Sciencias as mais exactas seguem nas suas operações. As regras propostas por este methodo reduzem-se a menos, porque se unem no mesmo principio; percebem-se melhor, porque se sabe a razão dellas; e fixão-se mais na memoria, porque se ligão humas com outras” (Barbosa 1822: XII-XIII).

¹⁷ Este gramático terá nascido em Lamego por volta do ano de 1778. Foi cavaleiro da Ordem de S. Bento de Avis, bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra. Professor no Real Colégio Militar e director das escolas militares de primeiras letras, foi membro correspondente da Sociedade de Instrução Elementar de Paris. Começou por ser partidário das ideias liberais para depois se tornar adepto da causa miguelista, vindo a morrer por volta de 1838 (Silva III: 349-350).

1833) – *L’art de penser avec justesse est inseparable de l’art de parler avec exactitude* –, e sem qualquer menção explícita da fonte, como então soía fazer-se, as vinte e oito páginas da Introdução ou foram inspiradas ou mesmo retiradas da *Logique*, prova da adesão do gramático português às ideias de Port-Royal, acrescentando-lhes as dos “ideólogos”, discípulos de Condillac, o célebre autor do *Essai sur les connaissances humaines* (1746) e do *Cours d’études pour l’Intruction pour l’instruction du Prince de Parme* (1775), que continha a sua *Grammaire Générale*. Mas o programa teórico desses “ideólogos” (Dominicy 1984, 1992) sairia dos prelos anos depois, nos *Eléments d’Idéologie* (1801), de Destutt de Tracy (1754-1838).

Não surpreende assim que a “linguagem” seja concebida por Couto e Melo como “o systêma ou colêção dos sinaes convencionados das nossas ideias, dos nossos juizos e dos nossos raciocínios” (Melo 1818: 15). Já as línguas, expressões dos pensamentos, por transmitirem as “operações intelétuaes ou do entendimento” (*ibid.*) eram concebidas como “instrumentos necessários para adquiri-los” (Melo 1818: 16), graças à intervenção de três sentidos, a saber: ouvido, vista e tacto. Em conformidade com isto, a “palavra”, noção imprescindível no aparato conceptual de qualquer gramático, para Couto e Melo era sinal ou expressão das ideias, de cuja combinação resultava a expressão dos “juízos”. Que os ideólogos influenciam Couto e Melo, assim parece indicar a citação de Volney (1757-1820), em corolário à Introdução à *Gramática da Linguagem Portuguesa*¹⁸.

Espírito lúcido, adepto da “razão filosófica” (Silva 1806: 121) e inovador gramatical (Assunção 1999), António de Morais Silva¹⁹ não se contentou com a transposição das novidades da gramática geral francesa para a portuguesa pois no seu *Epitome da Grammatica Portuguesa*, cuja inequívoca orientação filosófica não fica expressa no título, foi o lexicógrafo e gramático capaz de analisar criticamente as teorias gramaticais das fontes, conforme ilustra uma anotação sua a propósito da doutrina relativa aos tempos verbais:

“A theorica dos tempos dos verbos assas engenhosa, mas difficil na *Gram. Génér. de Bauzée*, acha se mais simplificada no *Hermes* de Harris, L. I. c. 8” (Silva 1806: 64).

A julgar pelo número de referências, na doutrina gramatical de Morais Silva ter-se-ão repercutido em especial a *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660), a *Grammaire* (1780) de Condillac, a *Grammaire Générale*²⁰ (1767) de Nicolas Beauzée, o *Hermes: or, a Philosophical Inquiry concerning Language and Universal Grammar* (1751) de James Harris, lido em tradução francesa, feita e anotada por Thurot em 1796²¹, com o título de *Hermès, ou recherches philosophiques sur la grammaire*

¹⁸ Dizia essa citação: “C’est par l’étude de l’instrument de la pensée que nous apprendrons à enseigner l’art d’exprimer la pensée elle même, comme nous apprendrons par l’étude de l’instrument vocal, l’art de prononcer et de lire” (Melo 1818: 37). Couto e Melo cita ainda o abade Sicard (1742-1822), autor de uma *Grammaire générale appliquée à langue française* (1799).

¹⁹ Morais Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1775. Com 19 anos foi estudar para Coimbra. Obtida a formatura, devido a problemas com a Inquisição, rumou para Inglaterra, tendo viajado também por Itália e França. Recebido um indulto, pôde voltar a Portugal, onde publica em 1789 o *Dicionário da Língua Portuguesa*. Regressado ao Brasil em 1795, torna-se senhor de engenho após exercer como juiz na Bahia, vindo a falecer em 1824 (Murakawa 1984).

²⁰ O título completo era: *Grammaire générale ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l’Étude de toutes les langues*.

²¹ É o que se conclui da consulta da tradução do *Hermès*, cujas páginas conferem com as apontadas por Morais Silva, segundo exemplifica a remissão feita no *Epitome* (Silva 1806: 35), a propósito do “verbo”, para a página 164 da obra de James Harris. Por outro lado, isto confirma que a doutrina gramatical

universelle, além de vários artigos da *Encyclopédie*, sobretudo os assinados por Du Marsais (*construction*, por exemplo) ou Beauzée.

Mas a ruptura com o modelo gramatical anterior faz-se, segundo Couto e Melo, na oposição entre os “gramatistas”, vale dizer, “gramáticos não filósofos” e os gramáticos filósofos propriamente ditos, já que apenas estes seriam capazes de reconectar a gramática com a filosofia (Jespersen 1971; Ricken 1978). Manifestava-se a mudança de paradigma na própria divisão ou estrutura gramatical porque mesmo quando as partes da gramática recebiam denominações herdadas da gramatologia multissecular – Prosódia, Etimologia, Sintaxe e Ortografia – a distinta orientação dos conteúdos emprestava-lhes um sentido diverso daquele que fora suportado pela tradição. Veja-se o quadro abaixo.

Quadro 1

PARTES DA GRAMÁTICA					
1783 Melo Bacelar	3	Agente gramatical	Ação gramatical		Accionado gramatical
1804 Dias de Sousa	2	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elementos da Palavra ➤ Ortologia ➤ Sintaxe ➤ Etimologia 	Ortografia <ul style="list-style-type: none"> ➤ Ortograf. das Palavras ➤ Ortograf. do Discurso 		
1806 Morais Silva	2	Das Palavras por si sós ou Partes da Sentença		Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Sintaxe [inclui a pontuação]	
1818 Couto e Melo	3	Ortoépia	Etimologia		Sintaxe
1822 Soares Barbosa	4	Ortoépia	Ortografia	Etimologia	Sintaxe

Deste esquema sobressai, por um lado, a originalidade de Bacelar²² (Torres 1996), que apresenta uma gramática tripartida em função das partes essenciais da oração, bem como a divisão bipartida de Moraes Silva e de Dias de Sousa, sendo tanto aquele como estes dois excluem a ortografia da estrutura gramatical; por outro lado, registre-se a estrutura gramatical tripartida de Couto e Melo, que dela excluiu a ortografia, ao contrário de Soares Barbosa, cuja estrutura quadripartida se mantém ligada a uma terminologia aparentemente conservadora.

À semelhança da partes da gramática, também o conceito de gramática indicia a nova filosofia gramatical, consoante se lê no quadro seguinte.

chegava a Portugal em língua francesa ou em tradução nesta, situação compreensível à luz do prestígio da França e da língua francesa nos finais de Setecentos e na centúria seguinte.

²² Natural de Chaves, onde terá nascido por volta de 1736, este gramático, com o nome de Frei Bernardo de Jesus Maria, era membro da Ordem dos Franciscanos. Correspondeu-se com Frei Manuel do Cenáculo também franciscano e importante intelectual ilustrado. Melo Bacelar terá morrido em 1787 (Torres 1996: 5-6).

Quadro 2

Gramáticos	Gramática
1783 Melo Bacelar	A <i>Grammatica Philosophica</i> he hum'a colecção de Leis, com que arrazoadamente fabricamos, e dispomos os sons, que communicão aos outros os nossos conceitos (1783: 2). [...] arrazoado, ou discursado regulamento, se chama <i>Grammatica Philosophica</i> (<i>id.</i> : 3).
1804 Dias de Sousa	A Gramatica ensina a pintar e exprimir as nossas idéas do modo que elas existem no nosso espírito (1804: X). [...] duas sortes de Gramatica, huma Universal que ensina a qualidade das palavras que devem entrar na expressão das nossas ideas; e a outra Particular que ensina a diversa fôrma que devemos dar ás palavras, a fim de nos acomodar á capacidade d'aquelles de quem pertendemos ser entendidos. A Gramatica <i>Universal</i> he immutavel assim como a Natureza, da qual ela he huma copia comum a todos os seculos, e a todos os Povos; porque a Natureza, e o modo de proceder do espirito humano são immutaveis: sem esta uniformidade e immutabilidade absoluta não poderia haver communicação alguma entre os hom s de diferentes seculos, ou de diferentes lugares, ainda mesmo entre dois individuos; proque não haveria huma regra comum para comparar os seus respectivos procedimentos (Silva, 1806: 2).
1806 Morais Silva	A Grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras. A Grammatica Universal ensina os methodos, e principios de falar communs a todas as linguas. A grammatica particular de qualquer lingua v.g. da Portugueza, applica os principios communs de todos os idiomas ao nosso, segundo os usos adoptados pelos que melhor o falão. (1806: 9). Trata pois a grammatica das Sentenças, (isto é, ensina a fazer proposições, ou sentidos perfectos) e das diversas partes, de que ellas se compõem (<i>ibid.</i>).
1818 Couto e Melo	A colêção de preceitos, estabelecidos razoavelmente em observações feitas no génio e analogia d'uma Linguagem articulada, para se-expressar o pensamento, chãmo <i>Gramática Filosófica</i> da mesma Linguagem (1818: 18).
1822 Soares Barbosa	Arte, que ensina a pronunciar, escrever, e falar correctamente qualquer Lingua (. (Barbosa, 1822: VIII). Toda a Grammatica he hum systema methodico de Regra, que resultão das observações feitas sobre os usos e factos das Linguas. Se estas regras e observações tem por objecto tão somente os usos e factos de huma Lingua particular; a Grammatica será tambem <i>Particular</i> . Se ellas porêm abrangem os usos e factos de todos, ou da maior parte dos idiomas conhecidos; a sua Grammatica será <i>Geral</i> . Huma e outra pôde ser, ou somente <i>Practica</i> e <i>Rudimentaria</i> , ou <i>Philosophica</i> e <i>Razoada</i> ²³ (<i>id.</i> : IX). Grammatica he a arte de falar e escrever correctamente a propria Lingua (<i>id.</i> : 1).

Coincidem Bacelar e Melo na noção de “colecção” de leis ou preceitos, assim como Morais Silva e Barbosa na de “arte”, conceito cuja longevidade parece ainda impor-se, embora nestas gramáticas se aplique à relação da língua com a expressão das ideias ou “razão”, a tom com palavras como “espírito”, “sistema”, “razoavelmente”, “razoado”, “arrazoado”.

Mas o apregoado eclectismo da gramática filosófica decorre da absorção de ideias de distinta procedência, consoante demonstra Dias de Sousa, confesso seguidor da doutrina gramatical de Beauzée, ao declarar-se admirador das novidades introduzidas por Court de Gébelin, cuja menção como fonte privilegiada empresta forte singularidade à obra de Dias de Sousa, visto ser a única gramática a remeter para tal autor. Com efeito, Court de Gébelin, com a sua *Histoire naturelle de la parole* (1776), carreará para a reflexão

²³ O vínculo entre a gramática e as “ideias” é descrito nos seguintes termos: “[...] sendo a Grammatica de qualquer Lingua a primeira theoria, que principia a desenvolver o embrião das ideias confusas da idade pueril; e dependendo da exactidão de seus principios o bom progresso nos mais estudos: ella deve ser huma verdadeira Logica, que ensinando-se a falar, ensina ao mesmo tempo a discorrer. Que por isso a Grammatica foi sempre reputada como huma parte da Logica pela intima connexão, que as operações do nosso espirito tem com os signaes, que as exprimem” (Barbosa 1822: X).

linguística uma dimensão histórica, até então raro desatendida nas teorias linguísticas, tendência que não passou despercebida a Dias de Sousa:

“Porém ultimamente M.^r Gebelem remontando com immensos trabalhos á origem primitiva da linguagem demonstrou com toda a evidencia que os principios da Gramatica erão tão dependentes da natureza como os das outras artes; e que havia erro em pensar que eles eraõ de pura convenção, como antes dele julgavão pela maior parte dos Gramaticos. Por este meio M.^r Gebelem trouxe a Gramatica a hum principio tão simples e sensível, que vindo a ser o fundamento desta arte, espalha em todas as sus partes huma nova lús, que as torna tão faceis de comprehender, quanto elas, sem esta lús, são dificeis e penozas” (Sousa 1804: XII-XIII).

No que tange à doutrina geral, Dias de Sousa segue quer a “gramática universal” de Court de Gébelin quer Beauzée; na gramática particular, vale dizer, na portuguesa, guia-se por Lobato (Assunção 2000), conquanto o gramático já dispusesse da gramática de Bacelar e do *Epitome* de Morais Silva, obras às quais nem alude, talvez por serem de consulta mais difícil que a *Arte* de Lobato, reimpressa em cinco ocasiões (1770, 1771, 1788, 1797, 1802). No entanto, menciona gramáticos anteriores àqueles dois, a saber: Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Roboredo e Contador de Argote.

Além dos conceitos de gramática e de língua, na chamada “ordem natural” teve o iluminismo linguístico assunto privilegiado, facto compreensível porquanto diz respeito à distribuição das palavras na frase e à sua relação com as ideias.

4. A “ordem das palavras”

Enquanto o latim funcionava como modelo linguístico e instrumento de ensino, a questão da ordem das palavras não concitou a atenção dos gramáticos. Mas à medida que as línguas vulgares adquiriam prestígio, substituíam a língua antiga no ensino e passavam a estar na mira da reflexão linguística sob o prisma cartesiano, colocava-se também o problema da ordem das palavras e suas relações com as operações lógicas. A gramática questionava assim a natureza pensante do homem e a função da língua na organização do pensamento. De facto a ordem das palavras, assente em categorias lógicas, comuns a todos os indivíduos, seria válida para todas as línguas (Calafate 2001; Araújo 2002: 36).

Em consonância com o novo paradigma científico, na senda de Descartes, Kepler, Newton ou Gassendi, e com novos métodos pedagógicos, a ordem das palavras, por ser necessária à clareza de linguagem, foi debatida com intensidade em França, onde a problemática da chamada “ordem directa” chegaria a articular-se com a suposta universalidade da língua francesa.

Relacionava-se a ordem das palavras na frase, oração ou proposição, termos sinónimos segundo Soares Barbosa, com a organização das ideias. Embora a discussão tenha sido particularmente fecunda entre gramáticos franceses de Setecentos, a esse problema se refere igualmente a gramaticografia portuguesa. A despeito do menor fôlego deste assunto nas gramáticas portuguesas, não deixa de ser significativo o facto de nelas ser este versado tópico, tal como se verá a seguir.

À precisão e à clareza aludia precisamente Melo Bacelar ao enfatizar a função comunicativa das línguas²⁴, cuja gramática tem no “agente”, na “acção” e no “accionado

²⁴ Dos demais gramáticos se distingue Melo Bacelar precisamente por colocar a tónica nessa função, consoante se lê a seguir: “Começarão os homens a traficar; e communicar-se mais, e mais; e para este fim

ou paciente” as partes essenciais, correspondentes ao nominativo, ao verbo e ao caso. Mas o gramático português não se detém propriamente na questão da ordem das palavras, conquanto ela esteja implícita quer no tratamento dos chamados “adjuntos” (i.e. artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção e interjeição), quer no da “acommodação” ou concordância. À semelhança da pureza e da boa consonância, a clareza, qualidade necessária à expressão das ideias, tanto dizia respeito ao léxico como ao plano sintático (Sousa 1804: 209), motivo por que se dava a primazia à “ordem gramatical” da proposição²⁵, consistindo esta ordem em colocar-se primeiro o sujeito, depois o verbo e por fim o atributo, ordem cujas perturbações eram tratadas no terreno do hipérbato ou inversão²⁶ (*id.*: 192). Como tema próprio das Luzes, a “construção” englobava, no âmbito da sintaxe, as relações estabelecidas entre as ideias significadas pelas palavras, que funcionavam como sinais dessas relações, motivo por que era postulada a ordem natural. Problema de “sintaxe semântica” (Auroux 1979: 191-212), a ordem das palavras não era no entanto assunto original porque já havia sido discutido, entre outros, por Quintiliano e Prisciano, e, mais tarde, por Santo Isidoro de Sevilha. Porém, no século XVIII torna-se tema recorrente.

Na doutrina de Dias de Sousa, a ordem das palavras prendia-se com a distribuição dos “complementos”, conceito que já ocorre na *Gramática Portuguesa* deste autor. Distinguindo “construção” de “sintaxe”, à primeira cabia quer o “arrançamento”, em tradução da expressão francesa “arrangement”, retirada de Du Marsais no seu artigo enciclopédico sobre “construction”,²⁷ quer a ordem das partes essenciais da oração, capítulo gramatical cujas bases haviam sido fixadas por Beauzée, Condillac e Gêbelin (Sousa 1804: 174-175). Incluída no capítulo da “Sintaxe, ou Composição Figurada” depois de figuras como a elipse, o pleonasma ou a enálage, a “ordem natural” é tratada por Morais Silva no âmbito da “inversão” e do hipérbato, expressões aparentemente sinónimas ou equivalentes, ao contrário do que sobre tais conceitos entendia Soares Barbosa ao fazer a distinção entre ambos. Atente-se nas palavras de Morais e Silva, embora nelas não chegue a problematizar a existência de uma ordem universal:

“O Grammaticos chamão *Ordem Natural*, ou *Dirécta* da construcção, ou collocação das palavras, a que se guarda quando se v i primeiro o sujeito da sentença com os seus modificantes, logo o verbo com os seus modificantes, depois o paciente com os seus, e o termo com os, que o modificação [...]. Se

inventarão cópia de sons. Destes, e dos innatos derivarão outros: e determinando as leis de os collocar vierão desta sorte a ter huma perfeita *lingua de comunicação*, cujo arrazoado, ou discurso regulamentado, se chama *Grammatica Philosophica*. Daqui se segue 1. que os sons regulados são, o objecto, e partes da *Grammatica Philosophica*: 2. que o seu *fim* he a comunicação, que por estes sons se alcança: 3. que a sua *necessidade* he igual á da sociedade reciproca: 4. que sua *antiguidade* he coéva a nossos primeiros pais” (Bacelar 1783: 3).

²⁵ À luz da moderna teoria gramatical, para Dias de Sousa “proposição” devia substituir o antigo termo “oração” (Sousa 1804: 156). Para Couto e Melo (1818: 239), quanto à substância, frase e oração eram equivalentes.

²⁶ É bem conhecida a repercussão do artigo enciclopédico sobre a “inversão”, onde se dizia “Terme de grammaire qui signifie renversement d’ordre: ainsi toute inversion suppose un ordre primitif et fondamental; et nul arrangement ne peut être appelé inversion que part rapport à cet ordre primitif” (*Encyclop.* VIII: 863).

²⁷ Nesse artigo, era assim definido o conceito de “construção”: “construction est donc l’arrangement des mots dans le discours” (*Encyclop.* IV, 1754: 74). Mais adiante, descrevia a ordem natural: “Cet ordre est le plus propre à faire appercevoir les parties que la nécessité de l’elocution nous fait donner à la pensée; il nous indique les rapports que ces parties ont entr’elles; rapports dont le concert produit l’ensemble, & pour ainsi dire, le corps de chaque pensée particulière. Telle est la relation établie entre la pensée & les mots, c’est-à-dire, entre la chose & les signes qui la font connoître: connoissance acquise dans les premières années de la vie [...]” (*ibid.*).

mudamos ésta ordem, fazemos uma inversão, ou construcção *indirecta*; se a inversão é desacostumada, toma uma figura a que os Grammaticos chamão Hiperbato [...]” (Silva 1806: 112).

Porque reflecte a ordem fundamental do pensamento, conforme salientara Beauzée (Arrivé 1970: 84), a ordem natural seria igualmente a ordem analítica por excelência. No entanto, importa realçar que o lexicógrafo e gramático Morais Silva, junto com Soares Barbosa, é o único a usar a expressão “ordem natural”, quando os outros apenas aludem à ordem direita ou ordem directa. Sem apontar para a ideia de correcção, de algum modo subjacente à doutrina de Dias de Sousa por exemplo, em Morais Silva a noção de hipérbato comporta tão só uma “in correcção aparente”, porque contribui em proporções racionais para a composição figurada, vale dizer, expressão completa e variada.

À ordem directa e à indirecta se refere igualmente Couto e Melo, sem problematizar o assunto, citando embora Voltaire em frase alusiva à ordem das palavras: “ il ne dépend de moi de changer les mots d’une langue; il dépend de moi au moins jusqu’ a una certain point, de les disposer de la manière la plus harmonieuse” (Melo 1818: 224). Segundo Couto e Melo, na linha de Dias de Sousa, a ordem directa não só favorecia a clareza e expressão completa das ideias como contribuía também para a pureza, a clareza e boa consonância da língua (Melo 1818: 254-255).

Conquanto não o afirmem de forma explícita, Bacelar, Morais Silva, Dias de Sousa e Couto e Melo parecem concordar quanto à naturalidade da ordem directa, senão mesmo universalidade, que consiste em dar às palavras posições fixas, decorrentes da natureza analítica da língua portuguesa e sintonizadas com a análise lógica. Na verdade, a única gramática filosófica a entrar nesta questão foi a de Soares Barbosa, para quem a construção “invertida” não é menos natural que a “direita” porque ambas traduzem a ordem segundo a qual a mente humana concebe as coisas. Assim sendo, apenas a ordem “interrupta” ou “transpositiva” seria contrária à natural, pois esta consiste na “ligação immediata das ideias relativas”, que tanto ocorre na ordem directa como na invertida (Barbosa 1822: 424).

Porque nela é dado maior fôlego à questão da “ordem natural”, vale a pena a demora na doutrina barbosiana acerca da ordem das palavras, exposta no Livro IV da *Grammatica Philosophica* sob o título de *Syntaxe, e Construcção*, sendo de realçar a copulativa em vez da disjuntiva “ou”²⁸. Com efeito, o gramático discorre sobre o assunto em vários capítulos, seguindo de perto a doutrina expandida por Du Marsais (Delesalle 1986: 54-64), discípulo de Locke, no acima citado artigo enciclopédico. Atente-se nas palavras de Soares Barbosa:

“Todas as construcções se reduzem a duas geraes, que são a *Direita*, e a *Invertida*. A direita he aquella, em que as palavras e as orações seguem a mesma ordem de sua syntaxe, referindo-se cada huma succesivamente áquella, que lhe precede immediatamente, de sorte que o sentido nunca fica suspenso, antes se vai percebendo á medida, que se vai ouvindo, ou lendo. A invertida pelo contrario he aquella, em que se muda a ordem da syntaxe, e as palavras e orações ou regidas, ou subordinadas vão primeiro que as que as regem, ou subordinão, de sorte que o sentido vai suspenso. [...] ambas estas construcções se podem chamar naturaes, porque ambas

²⁸ De facto, o gramático fazia a distinção entre syntaxe e construcção: enquanto uma é a “ordem systematica das palavras, fundada nas relações das couzas que ellas significão”, a outra é “huma ordem local, auctorizada pelo uso das Linguas” (Barbosa 1822: 362).

são necessárias, e usadas, mais ou menos em todas as linguas. Para a direita se chamar a natural com exclusão da invertida, seria preciso que tivesse seu prototypo na mesma ordem successiva das ideas em os pensamentos. Porém as ideas de qualquer pensamento são simultaneas no espirito, bem como o são á vista todos os objectos de huma fachada, para se fazer idea de todos della.” (Barbosa 1822: 412-413).

Soares Barbosa demora-se ainda na *Construcção Direita* da oração simples, da composta, da complexa e do período. Contrária àquela, a construção “invertida” não deixa ser natural, dado conformar-se com a ordem segundo a qual são concebidas as coisas no espírito humano, pois nela se verifica também a ligação das ideias, tal como explica o gramático:

“Elle [o espírito] concebe os objectos junctos com suas relações no tempo, e liga assim tudo sem todavia fazer succeder huma idea á outra. O discurso não póde fazer o mesmo. Como suas palavras se succedem necessariamente humas ás outras, as ideas, que as mesmas representão, hãode hir tambem necessariamente humas após as outras. Mas em que o discurso póde imitar o pensamento he em ligar humas com outras, as ideas correlativas, pondo junctas immediatamente as palavras, que as significão. Ora esta união he a que se vê tanto na construcção direita, como na invertida” (Barbosa 1822: 423).

De todas as obras em apreço, apenas na *Grammatica Philosophica* de Soares Barbosa parecem ressoar as discussões francesas à volta da ordem natural, aspecto que faz jus ao fôlego doutrinal que vem sendo reconhecido a este gramático português.

5. Epílogo

Produzidas num contexto marcado pelo espírito de renovação das Luzes, as gramáticas publicadas entre finais de Setecentos e começos de Oitocentos espelham bem o que foi a evolução do iluminismo linguístico português, quer no que tange à consubstanciação do paradigma racional, quer no que diz respeito à concepção da gramática nas suas relações com o pensamento e as categorias universais.

Presente em todas as gramáticas do pequeno *corpus* aqui analisado, o eclectismo descobre-se desde logo nas fontes citadas ou referidas. Fruto de condições sociais, políticas e religiosas que contribuíram para manter o ensino sob o controlo de agentes de mentalidade não “iluminada” – conjuntura conducente à expulsão dos Jesuítas e ao encerramento dos seus colégios –, o electismo ideológico manifestou-se em todas as formas do saber devido à recepção em diferido das ideias europeias, mormente as francesas. Essa característica denota-se em todos os domínios, não sendo a gramática excepção. Na verdade, tal como a língua, poderoso instrumento de comunicação e de circulação das ideias, a gramática participou da agenda do legislador e, devido a isso, foram franqueadas as portas a certas correntes e autores de pensamento pedagógico e linguístico. Para lá das influência implícitas, a variedade das correntes representadas pelas fontes citadas (racionalista, “sensista” ou “sensualista” e “ideologia”), bem como a integração desses contributos numa mesma obra, regra geral sem problematização nem dos conceitos nem de certa terminologia, faz da gramática filosófica portuguesa um produto ideologicamente eclético, de filiação variada, que exige um laborioso e

paciente trabalho de cotejo textual, trabalho ainda por fazer. Talvez o interesse desta gramaticografia resida precisamente na tessitura híbrida que lhe advém da conciliação de pontos de vista nem sempre convergentes na origem. A isto acresce o facto de a produção gramatical portuguesa raramente corresponder a objectivos programáticos fixados pelas instâncias escolares, conforme sucedeu em França com a Escola de Port-Royal ou as Écoles Royales Militaires. Apesar de a Gramática de Soares Barbosa ter sido publicada por iniciativa da Academia, o que decerto favoreceu a sua reimpressão, e de a gramática de Couto e Melo se destinar aos alunos Escolas Militares, a verdade é que os textos gramaticais eram fruto da acção individual, não da encomenda feita por entidades oficiais, com tudo o que isso significou em termos de escassez de “correntes” ou “escolas” nacionais, embora seja certo que, naquela época, a França ditava o modelo dos estudos gramaticais e linguísticos em toda a Europa, não havendo como escapar a esse influxo.

Não se estranha por isso que, a finais do século XVIII e princípios do seguinte, os gramáticos portugueses, inspirados na *Grammaire Générale et Raisonnée*, na *Logique* de Port-Royal, nas gramáticas gerais de diferente linhagem, nos artigos enciclopédicos, em especial os de Beauzée e Du Marsais, nas ressonâncias de Condillac, Locke e outros mais, transformassem as suas gramáticas em verdadeiro repositório das doutrinas gramaticais e do pensamento linguístico. Assim se explica o tão apregoado eclectismo do filosofismo gramatical de Setecentos e dos inícios de Oitocentos. Mas a entrada da gramática, instância tradicionalmente reguladora do uso linguístico, num programa social e político como o traçado por Pombal, não foi suficiente nem para colmatar o desfazamento ideológico nem, sobretudo, para incentivar um pensamento próprio. A originalidade deste, se a houver, residirá sobretudo na descrição mais ou menos acertada dos traços específicos da língua portuguesa, aspecto que excede o âmbito deste trabalho.

6. Referências bibliográficas

Andrade, A. A. B. de (1981). *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Araújo, A. C. (2003). *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Arnault, A. e Lancelot (1660). *Grammaire Générale et Raisonnée*. Paris: Chez Pierre Le Petit.

Arnault, A. e P. Nicole (1992, ¹1662). *La Logique ou l'Art de Penser*. Paris: Editions Gallimard.

Arrivé, M. et al. (1970). *La grammaire – Lectures*. Paris: Klincksieck.

Assunção, C. (2000). *A Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa de António José dos Reis Lobato. Estudo crítico, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Assunção, C. C. (1999). “António de Moraes Silva – Um gramático inovador”, *Actas do 6º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*.

URL: http://www.geocities.com/ail_br/antoniomoraessilvaumgramatico.html?200529. Rio de Janeiro.

Auroux, S. (1979). *La sémiotique des encyclopédistes. Essai d'épistémologie historique des sciences du langage*. Paris: Payot.

Bacelar, B. de L. e M. (1783). *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa [...]*. Lisboa: Off. José de Aquino Bulhões.

Barbosa, J. S. (1822). *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias.

- Buescu, M. L. C. (1978-79). “Um documento da reforma pombalina do ensino”, *Euphrosyne*, IX, p.227-248.
- Calafate, P. (2001). “Gramática e filosofia”, *História do Pensamento Filosófico Português*, III – As Luzes. Lisboa: Caminho, p. 233-245.
- Calafate, P. ed. (2001). *História do Pensamento Filosófico Português*, III – As Luzes. Lisboa: Caminho.
- Carvalho, J. G. H. de (1984). *Pequena contribuição à História da Linguística. Observações (algo tardias) a «Linguística Cartesiana» de Noam Chomsky*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Casteleiro, J. M. (1981). “Jerónimo Soares Barbosa: Um gramático racionalista do século XVIII”, *Boletim de Filologia*, 26, p. 101-110.
- Casteleiro, J. M. (1982). “A doutrina gramatical de Jerónimo Soares Barbosa”, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa-Classe de Letras*. Lisboa: Academia, p. 197-214.
- Chaunu, P. (1995). *A civilização da Europa das Luzes*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa.
- Cunha, A. G. da (1996). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Delesalle, S. e J.-C. Chevalier (1986). *La Linguistique, la grammaire et l'école (1750-1914)*. Paris: Armand Colin.
- Diderot et al. (1751-1765). *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*. A Neufchastel: Chez Samuel Faulche & Compagnie, Libraires & Imprimeurs.
- Dominicy, M. (1984). *La naissance de la grammaire moderne*. Bruxelles: Mardaga.
- Dominicy, M. (1992). “Le programme scientifique de la grammaire générale”. Sylvain Auroux dir., *Histoire des idées linguistiques*, t.2. Liège: Mardaga, p. 424-441.
- Foucault, M. (1988/1966). *As Palavras e as coisas*. Lisboa: Edições 70.
- Gonçalves, M. F. (1996). “A «Gramática Filosófica» de João Crisóstomo do Couto e Melo (1818)”, *Actas do IV Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Em Homenagem a Ferdinand de Saussure* (Vigo, 28 de Outubro-1 de Novembro 1996). Vigo: AGAL, p.79-90.
- Gonçalves, M. F. (1997). “As ideias linguísticas em Portugal no século XVIII”, *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, 14, 2º semestre, p.37-59.
- Gonçalves, M. F. (2005). “Revisitando o texto preambular setecentista: a produção metalinguística em português”, M. A. Marques et al. org., *Ciências da Linguagem – 30 Anos de Investigação e Ensino*. Braga: Instituto de Letras e Ciências Humanas, p. 99-116.
- Harris, J. (1972/1751). *Hermès ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle*. Trad. et remarques par François Thurot (1796). Ed., introd. et notes para André Joly. Genève-Paris: Droz.
- Hof, U. I. (1995). *A Europa no Século das Luzes*. Lisboa: Editorial Presença.
- Jespersen O. (1971/1924). *La Philosophie de la Grammaire*. Trad. de l'anglais. Préf. A. Culioli. Paris: Minuit.
- Melo, J. C. do C. e (1818). *Gramática Filosófica da Linguagem Portuguêsa*. Lisboa: Imprensa Régia.
- Murakawa, C. de A. A. (1984). *O primeiro Dicionário da Língua Portuguesa de Antônio de Morais Silva. Estudo crítico da edição de 1813*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, Instituto de Letras.

Ricken, U. (1978). *Grammaire et philosophie au Siècle des Lumières. Controverses sur l'ordre naturel et la clarté du français*. Lille: PUL.

Silva, A. de M. (1806). *Epitome da Grammatica Portugueza*. Lisboa: Off. Simão Thaddeo Ferreira.

Silva, F. I. da (1848-1914). *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa.

Sousa, M. D. de (1804): *Gramática Portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portugueza o estudo de lêr e escrever a sua propria Lingua, e a inteligencia de outras em que quizer instruir*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.

Swiggers, P. (1986). *Grammaire et théorie du langage au dix-huitième siècle. Mot, Temps et Mode dans l'Encyclopédie Méthodique*. Lille: PUL.

Swiggers, P. (1990). "Port-Royal et le parallélisme logico-grammatical: réflexions méthodologiques", *Cahiers de l'Institut de Linguistique de Louvain*, 16.1, p. 23-36.

Swiggers, P. (1997). *Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIX^e siècle*. Paris: PUF.

Torres, A. (1982). "Gramaticalismo e especulação. A propósito da *Grammatica Philosophica* de Jerónimo Soares Barbosa", *Revista Portuguesa de Filosofia*, 38, p. 519-542

Torres, A. (1996). *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Reprod. Fac-similada da ed. de 1783, com introd. e notas. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

Torres, A. (1998a). "Verney e o filosofismo gramatical coevo nas vésperas de novo centenário (1746-1996)", *Gramática e Linguística. Ensaios e outros estudos*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, p.125-134.

Torres, A. (1998b). "Introdução", *Parvum Lexicon de António Pereira de Figueiredo*. Reprod. Fac-similada da ed. princeps de 1760 com introd. e notas por [...]. Braga: Humanistas, p.17-48

Verdelho, T. (1982). "Historiografia linguística e reforma do ensino. A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal", *Brigantia*, 2/4, p. 347-383.